



## **DAS ÁGUAS DO RIO, AS MULHERES EM MOVIMENTO NA DEFESA DO XINGU: A RESISTÊNCIA CONTRA A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE EM ALTAMIRA – OESTE DO PARÁ<sup>1</sup>**

Angela Paiva<sup>2</sup>

### *Delineando Perspectivas Teóricas e Categorias de Análise*

O processo de construção de hidrelétricas no Brasil, traz em seu bojo uma complexidade de conflitos envolvendo, por um lado, o setor elétrico, e, por outro, segmentos sociais, tais como os povos indígenas, as “populações tradicionais”, os ribeirinhos, os extrativistas, os pescadores e, também, as populações das áreas urbanas, dentre outros, que têm sido deslocado compulsoriamente de seus territórios em função do barramento dos rios e do alagamento de suas paisagens sociais<sup>3</sup>.

Acerca dos impactos causados pela construção de obras de infra-estrutura, tais como as hidrelétricas, alguns estudiosos analisam as dimensões sócio-cultural, ambiental, política e econômica das disputas simbólicas e políticas daí decorrentes (COELHO, 2007; FEARSIDE, 2005, 1990; REHNFELDT, 2003; ZHOURI, 2003). Se por um lado, há um discurso que defende este tipo de empreendimento como peça motriz do desenvolvimento e progresso do país, por outro, estes autores chama atenção para o fato de que os custos sócio-culturais e ambientais, assim como as perdas materiais e simbólicas a que estão expostas os grupos sociais cujas dinâmicas de vida são abruptamente transformadas não são levadas em conta, ou seja, não são internalizadas quando, dentro de uma lógica econimiscista prevalecente, são feitos os estudos de viabilidade econômica e ambiental destes empreendimentos. Uma das críticas é que dentro desta lógica, os bens imateriais que fogem a uma mensurabilidade econômica não podem ser e não são valorados (LEFF, 2001). Daí decorrem os conflitos e a luta simbólica e política pela apropriação da natureza por parte destes grupos sociais que encontram-se num campo de poder assimétrico (BOURDIEU, 2005[1971], 2001).

No cerne destes conflitos estão os modos distintos e contraditórios com que estes grupos sociais vêem, vivenciam e usam a natureza, ou seja, os “distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2002, 2002a, 2004). Ascrald (2004,) e Little (2002, 2002a), propõem uma

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta das discussões que apresento de forma mais ampla na minha dissertação de mestrado apresentada do PPGCS/UFPA, sob o mesmo título.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Área de Concentração Antropologia da Universidade Federal do Pará – UFPA. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais –UFMG. angelatpaiva@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Tenho como referência o conceito de paisagem trazido por Little (2004) para quem se deve levar em conta a simultaneidade das dimensões sócio-cultural e biofísica, material e simbólica que a constituem..



análise que leva em conta as dimensões sociais e biofísica destes conflitos que, portanto, são definidos como *conflitos socioambientais*, pois decorrem das disputas entre grupos sociais que se sentem ameaçados na sua base material, ou nos inter-relacionamentos ecológicas, como aponta Little (2002) - por impactos indesejados causados pelo exercício de práticas e modos de significar e de se apropriar da natureza por parte de outros grupos.

Logo, o que está posto são as contradições e embates entre grupos sociais com visões de mundo e modos de vida distintos. Assim, para Sahlins, deve-se levar em conta que “o pastor contempla a natureza com outros olhos que os do pescador” (SAHLINS,1997:48). São os pontos de vista diferentes e divergentes em relação à natureza e, especificamente às possibilidades de *riquezas* representadas pelo rio Xingu<sup>4</sup> que nos permitem observar as contradições acerca da noção de desenvolvimento defendida para a região onde está prevista a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no oeste do Pará. Por um lado, o movimento social que vê no rio o potencial de melhoria e garantia da sua qualidade de vida nas suas várias dimensões e, por outro, o setor elétrico que o elege como fonte de riqueza apenas pelo seu potencial de produção de energia elétrica.

Neste sentido, Gustavo Lins Ribeiro (1991), Gustavo Esteva (2000) e Subhabrata Bobby Banerjee (2006), apontam que apesar de vários segmentos sociais usarem as mesmas terminologias, há distintas noções e significados de *desenvolvimento* e de *sustentabilidade* que permeiam as concepções, as práticas, os discursos e os interesses implicados nos posicionamentos contrários e favoráveis a construção de obras tais como as hidrelétricas. Neste sentido, Ribeiro (1991) aponta que a noção de desenvolvimento acionada na Modernidade traz consigo um caráter inclusivo e abrangente de tamanha ordem, que este termo torna-se extremamente fluido, sendo capaz de incorporar vários e contraditórios discursos. Tal elasticidade relaciona-se às mudanças ocorridas nas dimensões político-econômica, social e cultural da contemporaneidade que faz com que surjam novas demandas de reformulação da noção de desenvolvimento. Assim, tal noção torna-se uma espécie de amuleto legitimador do discurso que defende a modernidade e o progresso e estas variações e tensões são “representativas da lógica de um campo de poder político e econômico, onde os atores coletivos procuram estabelecer suas perspectivas particulares, sobre como se deve proceder com relação ao desenvolvimento, como as mais correlatas” (RIBEIRO, 1991:61).

A construção da hidrelétrica de Belo Monte<sup>5</sup> atende a concepção desenvolvimentista que norteia as ações de colonização da Amazônia previstas pelo Governo Federal já nas décadas de

---

<sup>4</sup> Afluente do rio Amazonas, o Xingu nasce na região leste do estado do Mato Grosso e, após correr pelos municípios paraenses de Altamira, São Félix do Xingu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Anapú, Vitória do Xingu e Porto de Moz, na altura de Gurupá desemboca no rio Amazonas. Juntamente com o rio Tapajós, são os únicos cujas nascentes e leitos encontram-se completamente em território nacional.

<sup>5</sup> Prevista para ser construída na região conhecida como Volta Grande do rio Xingu, com potência de 11.182 Megawatts, causará o deslocamento de aproximadamente duas mil famílias na área urbana do município de Altamira, 813 na área rural de Vitória do Xingu e 400 famílias ribeirinhas, ou seja, aproximadamente 3.200 famílias e 16 mil



1970-1980, quando houve um acirramento da ocupação da Amazônia Brasileira (PÁDUA, 2000; FEARNSSIDE, 2005). Neste período, a migração foi incentivada pelo governo militar que via na ocupação deste “vazio demográfico”, a possibilidade de garantir o domínio das riquezas e a soberania nacional sobre a região, bem como a acessibilidade e o escoamento da produção através da implementação de grandes projetos na perspectiva desenvolvimentista que persiste nos anos de 1990 e 2000, onde programas governamentais de integração regional, nacional e internacional, tais como os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), podem ser considerados expressões da continuidade desta lógica de inserção legitimada pelo discurso da necessidade inadiável de garantir o progresso e o desenvolvimento para a a região e para a sociedade brasileira (CARVALHO, 2004).

Por outro lado, as reações de resistência a este modelo de desenvolvimento econômico têm sido cada vez mais contundentes, indicando, assim, as contradições deste entendimento acerca do que é o desenvolvimento e se de fato, no caso da construção de grandes obras como a hidrelétrica de Belo Monte, ele se dá levando em conta a pluralidade de povos e culturas que compõem a sociedade que vive na região atingida pelos impactos causados com a construção desta usina hidrelétrica. Dentre os grupos sociais que vem manifestando-se contrariamente à construção de Belo Monte, busco compreender os conflitos socioambientais neste contexto tendo como ponto referencial o olhar de doze mulheres que atuam numa articulação política em defesa do rio Xingu e, por conseguinte, contra esta hidrelétrica, sob o argumento de que ela provocará processos irreversíveis e danos sociais, materiais, ambientais e, conseqüentemente, perdas culturais, religiosas e simbólicas para toda a sociedade, mas em especial, segundo a percepção deste grupo, para as mulheres que vivem nesta região. Denomino como “Grupo de Mulheres do Xingu” aquelas “dez ou doze que estão à frente” da articulação em defesa do rio Xingu, pois são vistas e se vêem como lideranças nas ações reivindicatórias realizadas no município de Altamira e na região.

### *As Mulheres em Movimento*

Há um movimento no espaço geográfico, mas também no campo das relações sócio-políticas nas quais estas mulheres vão se inserindo e se construindo como expressões políticas (lideranças) do movimento social no qual atuam (BOURDIEU, 2001). Assim, ao acompanhá-las em seus

---

peças serão deslocadas compulsoriamente de seus territórios. Com relação aos indígenas, serão atingidas aproximadamente 2000 mil pessoas que vivem na região de implantação da CHBM, além dos indígenas que vivem na área urbana (SOUSA JÚNIOR et al, 2005)5. Logo, serão aproximadamente 18 mil pessoas deslocadas compulsoriamente. Segundo reportagem especial veiculada no período de 15 a 19/03/2010 no Telejornal da RBA, “Belo Monte: Projeto ou Verdade”, a hidrelétrica alagará um território equivalente a 500 Km<sup>2</sup> da Amazônia. Vivem hoje aproximadamente 600 espécies de peixes que só existem na Volta Grande do Rio Xingu, das quais 2 estão em extinção



movimentos, a partir de suas narrativas, percorro os seus deslocamentos em direção a Transamazônica, bem como as suas inserções nos movimentos sociais da região.

Filhas de ribeirinhos, de extrativistas, de pescadores e de trabalhadores rurais que migraram para a região da Transamazônica, as doze mulheres que se constituem enquanto um “Grupo em Defesa do Xingu” apresentam pontos em comum em relação a sua formação e nível de escolaridade, a sua participação religiosa e política nas Comunidades Eclesiais de Base -CEB’s, desdobrando-se, na maior parte das vezes, na articulação política por meio de suas vinculações nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR’s, e no Sindicato dos Professores – SINTEP, desde a chegada delas na Transamazônica, a partir do início da década de 1950 até final dos anos de 1990.

Assim, o movimento destas mulheres emerge na direção de garantir um modo de vida em que situações de violação de direitos e de violência (física e simbólica), muitas vezes vivenciadas na forma mais perversa, como os assassinatos de trabalhadores rurais, de mulheres e de crianças - envolvendo, muitas vezes, seus próprios familiares - já recorrentes no contexto das imigrações, mas que permanece nos dias atuais com novos contornos. No início dos anos de 1990, quando o município de Altamira e entorno vivenciou um acirramento da perversa crueldade e violência contra mulheres e crianças, a necessidade subjetiva e coletiva de reagir frente à injustiça e à impunidade, assim como de ajudar outras pessoas para que não sofressem as mesmas violências levou ao fortalecimento da organização em defesa dos direitos de crianças e das mulheres. Posteriormente as questões relacionadas à garantia da terra e dos direitos dos trabalhadores rurais e extrativistas, a melhoria dos serviços públicos de saúde e de educação, bem como a preservação ambiental, passaram a ser também objeto desta atuação.

Vale destacar que assim como não parto de uma perspectiva teórica que considera a categoria ambiente como algo fixo, ou seja, como sendo ou tendo o mesmo significado em todos os tempos, todos os espaços e para todas as pessoas (ZHOURI, 2001; RIBEIRO, 1991; dentre outros), a categoria mulher com a qual opero, também não tem uma perspectiva universalizante que privilegia a noção essência feminina e, por conseguinte, desconsidera as especificidades e subjetividades das mulheres que estão em foco na análise aqui proposta. Neste sentido, a discussão de gênero a partir das perspectivas teóricas de autores, tais como Rosaldo, 1995; Louro, 1997; Laqueur, 2001; Butler, 2003; e Bento, 2006, dentre outros, ajudam-me a refletir acerca das formas diversas de vivenciar a experiência de ser mulher, uma vez que estes autores levam em conta o contexto histórico-cultural e social no qual esta experiência vem à tona, bem como as subjetividades aí envolvidas e os marcadores sociais.

Igualmente, a noção de grupo aqui usada não se refere a uma homogeneidade intrínseca que dilui diferenças e tensões existentes, pois, tendo como referência à perspectiva de Simmel (1983), a



sociação ou “interação entre elementos” se dá quando a simples co-existência no tempo-espaço adota formas de cooperação e colaboração, mas também de tensão e conflitos. A noção de unidade, onde indivíduos realizam seus mais diversos e complexos interesses individuais e coletivos, não implica somente a existência de interações harmoniosas, mas estariam também presentes elementos que geram dissensos. Assim, refiro-me à noção de grupo considerando que em alguns momentos, motivadas por situações que as colocam numa mesma posição de luta política e simbólica, estas mulheres se forjam, se reconhecem enquanto pertencentes ao grupo e se apresentam enquanto unidade para atingir um mesmo objetivo, seja este “as melhores condições de vida e justiça social, a preservação da natureza, o direito das mulheres e das crianças, o acesso a terra (...)”<sup>6</sup>.

Neste sentido, Louro (1997) aponta que tanto “homens [quanto] mulheres através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças” (LOURO, 1997: 39-40). Ou seja, as relações de poder (FOULCAULT, 1976) não estão presentes apenas nas relações entre homens e mulheres, mas nas relações sociais independentemente da identidade de gênero que os agentes sociais envolvidos assumam. Assim, não se trata de determinar *a priori* que ao se assumirem enquanto um grupo de mulheres em defesa do rio Xingu as relações aí estabelecidas se tornem uniformes e isentas de qualquer tensão interna ao grupo.

Portanto, considerando que a identidade de gênero é uma construção social, poderemos refletir sobre como é moldada e modificada nas e pelas relações sociais. Como coloca Louro (1997), o “processo desconstrutivo permite perturbar essa idéia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções [de várias formas e com intensidades distintas]”. (LOURO, 1997:32-33. Acréscimos meus). Destarte, a noção foucaultiana de que o poder se desloca, não sendo uma condição fixa, nem um objeto ou uma coisa, mas, sim, exercido nas relações, contribui sobremaneira para uma análise que não reduz a relação de gênero a um determinismo de oposições entre o pólo dominante, onde se localiza o poder, e o pólo dominado, lugar de submissão. Recorrendo a uma metáfora, para melhor clareza, diria que para Foucault (1979) o poder tem uma fluidez que lhe permite um contínuo deslocamento, semelhante ao de uma nuvem de fumaça que se move constantemente num determinado *campo*, estando mais concentrada ora num ponto ora noutra, mas, ainda que com intensidades distintas, está sempre presente e em movimento por todos os pontos deste *campo*. Se tomarmos este *campo* como o espaço das relações sociais, nas suas dimensões material e simbólica (BOURDIEU, 2001), poderemos compreender que não há pólos opostos e determinados, onde encontraremos bem delimitado e fixado o poder. Também não há um

---

<sup>6</sup> Conforme Sandra, militante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e Cidade - MMTACC e do Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses - CDVCA<sup>6</sup>, relatou-me em entrevista realizada em Altamira, em agosto de 2008, como sendo os objetivos e a abrangência de atuação das mulheres deste movimento.



pólo dominado ou passivo sobre o qual e em direção ao qual o poder é exercido sem ocorrer resistências.

Vale observar que o poder é exercido mas não somente através da força física. A força simbólica - das palavras, do fazer crer - tem potencial para concretizar a existência ou não, a permanência ou não de algo ou de alguém em um dado lugar social (BOURDIEU, 2001). Bourdieu nos coloca diante de uma noção de poder que é exercido com a força simbólica. Força essa que pode criar lugares sociais onde, por exemplo, mulheres são fixadas em posições que simbolizam a fragilidade, o cuidado e a sensibilidade ou, ainda, da impureza, do perigo, da irracionalidade (HÉRITIER, 1997; FIÚZA, 2001). Do outro lado, seguindo uma lógica dicotômica, estaria o homem simbolizando a força, a brutalidade, a insensibilidade e a racionalidade.

As experiências do grupo de mulheres foco da minha análise revelam um cotidiano no qual se vivenciam constantemente a violência simbólica que as desqualificam, estigmatizando-as, e as transfigurando-as, através do *“poder quase mágico de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação”* (BOURDIEU, 2001:142). Ao falar das principais dificuldades de fazer parte de um grupo que se posiciona contrariamente a construção da hidrelétrica de Belo Monte, conforme trecho abaixo do relato de uma das lideranças do movimento em defesa do rio Xingu, apreendemos como esta força simbólica pode ser usada para criar nomeações que desqualificam e estigmatizam, pois *“a gente também ... somos mal vistas (...) então eles dizem assim: ‘as mulheres da saiona’. [Dizem] que nós somos as “trapalhadoras”, que nós não queremos o desenvolvimento na região. Que nós viemos para atrapalhar.*

O fato de partir de uma perspectiva teórica que não se fundamenta na existência de oposições rígidas, não significa a negação das desigualdades presentes nas relações sociais - sejam elas entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, e entre homens e homens - já que *“[i]gnorar a assimetria sexual me parece uma atitude essencialmente romântica, que nos cega quanto a fatos ou atos que devemos tentar entender e mudar”* (ROSALDO, 1995:19). Daí a compreensão de que não há uma passividade diante do contexto de diferenças e de desigualdades – sociais, políticas, econômicas, de gênero, geracional, étnico-racial, etc. – no qual as relações são vivenciadas. Se há uma ordem cultural em que as relações são assimétricas, esta ordem é questionada, colocada em cheque através de estratégias, de arranjos, de resistências forjadas pelos *“agentes sociais”* que, conforme Bourdieu (2004), agem não apenas sob esta ordem cultural, mas também sobre ela.

Ao acompanhar a trajetória de vida e a atuação das mulheres do grupo com o qual dialoguei, busquei desconstruir noções fundamentadas no essencialismo, na homogeneização e na imutabilidade, e abrir espaço para uma interpretação que me permitisse apreender as negociações,



as performances, as estratégias, a criatividade e a inventividade de cada uma destas mulheres. Percorri alguns dos caminhos os quais considere fundamentais na composição de um quadro que permitisse a apreensão dos significados e das dinâmicas sócio-culturais onde estão inseridas as mulheres que atuam no movimento em defesa do rio Xingu, bem como do sentido do discurso e de suas práticas acionados para demonstrarem o posicionamento contrário à construção da hidrelétrica de Belo Monte, apresentando outras possibilidades de “desenvolvimento” que privilegia as alternativas locais de produção e de vida.

Observei, assim, tratar-se não apenas de uma posição contrária à Belo Monte, mas à lógica desenvolvimentista que tem norteado as várias inserções de programas e projetos, sejam governamentais ou privados, na região amazônica. Numa visão hegemônica de um modo de produção simbolizada, sobretudo nesta região, por grandes projetos hidrelétricos e pela abertura de rodovias, assim como por um ciclo que envolve a extração de madeira – muitas vezes ilegal -, a criação extensiva de gado e o monocultivo de soja. Todos estes empreendimentos visam a inserção da Amazônia no mercado globalizado e economicamente competitivo.

Hidrelétricas, símbolos do progresso na atualidade (ZHOURI, 2003), são consideradas pelo Setor Elétrico e pela sociedade, de forma geral, como essenciais ao desenvolvimento (econômico) brasileiro garantindo a demanda de energia elétrica que tem sido cada vez mais crescente. Todavia, sob o prisma do “Grupo de Mulheres do Xingu”, Belo Monte implicará em retrocessos nas conquistas e transformações de um contexto de violência física e simbólica. Estas transformações são lidas como positivas e como resultado da intervenção dos movimentos sociais, em especial pela atuação das mulheres, ocorridas desde a chegada de suas famílias que, motivadas pela conquista “*de um pedaço de terra e por melhores condições de vida*”, se fixaram na região da Transamazônica e do Xingu.

Logo, argumento que estas doze mulheres têm uma trajetória de vida que as levaram a estabelecer um vínculo com o *lugar* vivenciado por elas nas suas dimensões práticas e simbólicas, bem como são trajetórias marcadas por “*dor, sofrimento e choque social*”. Realidades estas que não as paralisaram, ao contrário, as colocaram em movimentos, conforme apreendemos no relato de Sandra: “Eu precisava me agarrar a alguma coisa. Eu precisava de uma luz depois que meu filho morreu. Foi no movimento [de mulheres] que eu me agarrei”<sup>7</sup>.

A leitura que faço é a de que para as minhas interlocutoras as rupturas nas dinâmicas sociais causadas pela construção de Belo Monte, representam um retrocesso e afetarão de forma ainda mais profunda às mulheres, pois acirrarão as desigualdades sócio-econômicas e as assimetrias de gênero, que marcam o modo com que historicamente as relações sociais vêm se estruturando na região da

---

7 Relato da mãe de uma das vinte e seis crianças emasculadas e assassinadas em Altamira no início dos anos de 1990.



Transamazônica e do Xingu. Há uma percepção de que o aumento de pessoas na cidade, principalmente de homens, atendendo à demanda de mão-de-obra para o processo de construção de Belo Monte, dada a desestruturação social e espacial provocada por este contingente de pessoas, poderá gerar situações de vulnerabilidade e de retrocessos em relação aos direitos das mulheres. Esta percepção está relacionada com as vivências das décadas de 1980-1990 quando foram observados aumentos da crueldade, dos maus tratos e dos assassinatos vividos por elas mesmas e por seus familiares. Por outro, com o fim da construção da barragem e, conseqüentemente, o fim da demanda por mão-de-obra e o decorrente desemprego, muitos homens se retirarão da cidade procurando novas oportunidades em outras localidades.

Há no discurso do “Grupo de Mulheres do Xingu” a idéia de que nesta dinâmica social em que vivem, os homens circulam de acordo com as demandas de mão-de-obra e da necessidade de geração de renda. Enquanto as mulheres se fixam em decorrência das responsabilidades com os afazeres domésticos e com os cuidados com a família. Ambos, homens e mulheres, têm suas vidas alteradas com a chegada da hidrelétrica. Mas do ponto de vista do Grupo de Mulheres do Xingu, são as mulheres que dependem de forma mais direta dos recursos naturais, como a água, para realizar e vivenciar seu cotidiano, sobretudo para aquelas cujas condições materiais e econômicas para superar as situações de degradação dos recursos naturais são menores ou inexistentes, sofrerão de forma mais perversa os impactos de uma obra como a hidrelétrica de Belo Monte, considerando que o acesso à água será afetado com o barramento do rio. Esta dificuldade se refletirá num distanciamento ainda maior em relação às condições de saúde e de educação, que é vista pelo Grupo de Mulheres do Xingu como um dos principais instrumentos de superação de uma condição social de pobreza e de desigualdades sociais.

Os afazeres domésticos são realizados concomitantemente à participação política, a atuação profissional, as realizações pessoais como a educação para si e para os filhos e familiares. E, assim, exercem seu poder de agência neste contexto, delineando outras perspectivas que não aquelas vivenciadas quando chegaram para ocupação da Transamazônica. Ao defenderem a preservação da natureza não o fazem por considerarem a existência de uma condição feminina nata, mas tendo como referência as práticas, as representações, os significados e as paisagens construídos no contexto histórico-social que vivenciam.

### *BIBLIOGRAFIA*

ACSELRAD, Henri (2004) “As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais” In. Henri Acsehrad (org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Ed. Relume-Dumará: Rio de Janeiro.

BANERJEE, Subhabrata Bobby (2006). “Quem Sustenta o Desenvolvimento de Quem? O Desenvolvimento Sustentável e a Reinvenção da Natureza”. Tradução de Lemuel Dourado Guerra e





Claudio Ruy Postela de Vasconcelos . In: Marciolina Fernandes e Lemuel Guerra (Org.) *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. 2a. Ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos.

BENTO, Berenice (2006). *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

BOURDIEU, Pierre (2005[1971]): *Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe*. In: *Economia das Trocas Simbólicas. Introdução, Organização e Seleção de Sérgio Miceli*, 6a. Edição São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_ (2001) *O Poder Simbólico* Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 4 edição.

\_\_\_\_\_ (2004). *Coisas Ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense.

BUTLER, Judith (2003). *Problemas de Gênero; feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

CARNEIRO, Eder Jurandir (2005) “Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável”. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; BARROS, D. P; (Org.) *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Editor Autêntica.

CARVALHO, Guilherme (2004) *A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação do IIRSA*. Guilherme Carvalho e Letícia Tura (org.). FASE: Belém-Pará.

COELHO, Silvio (2007). “Hidrelétricas e suas Conseqüências Socioambientais”. In: Ricardo Verдум (org.) *Integração, Usina Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC.

ESTEVA, Gustavo (2000). “Desenvolvimento” In: *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Wolfgang Sachs (Org.). Ed. Vozes Petrópolis: RJ.

FEARSLIDE, Philip (2005). “Hidrelétricas Planejadas no Rio Xingu como Fontes de Gases do Efeito Estufa: Belo Monte (Kararaô) e Babaquara (Altamira). In SEVÁ, A. Osvaldo (org.). *TENOTÃ-MÕ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*”. São Paulo: International Rivers Networ.

\_\_\_\_\_ (1990) “A Hidrelétrica de Baubina: o faraonismo irreversível versus o meio Ambiente na Amazônia”. Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMÁ) São Paulo: Brasil.

GEERTZ, Clifford (1997). *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 5a Edição.

FIÚZA, Ana Louisa de Carvalho (2001). “Mulheres nas Políticas de Desenvolvimento Sustentável”. In: Cristina Bruschini e Céli Regina Pinto (Org). *Tempos e lugares de Gênero*. São Paulo: FCC: Ed. 34. 2001.

FOUCAULT, Michel (1976). “Genealogia e Poder”. In: Roberto Machado (Organização, Tradução e Revisão Técnica). Michel Foucault *Microfísica do Poder* 18<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Editora Graal, 2003

HÉRITIER, Françoise (1997). *Masculino/Feminino*. In: *Enciclopédia Einaudi Imprensa Nacional-Casa da Moeda Lisboa, 20/1997*.



- LAQUEUR, Thomas (2001). *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará
- LEFF, Enrique (2001). *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*.
- ORTH, Lúcia M. Endlich (Trad.) Petrópolis: Vozes.
- LITTLE, Paul (2002). “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade” In: Simpósio “*Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia*” 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado –RS.
- \_\_\_\_\_ (2002a). “Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política”. In: Marcel Bursztyn (Org.) *A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Coleção Terra Mater, Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- \_\_\_\_\_ (2004). “A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas”. Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Indaiatuba- SP, Maio de 2004. Disponível em: <[www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2)>. Acessado em junho de 2007.
- LOURO, Guaciara Lopes (1997). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- PÁDUA, José Augusto (2003). *Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente no Brasil*. In: Moser, C. e Rech D. (Org). *Direitos Humanos no Brasil: diálogos e perspectivas – Olhar dos parceiros da Misereor*. 2a. Edição Rio de Janeiro: Mauad.
- REHNFELDT, Merilin (2003). “Las Tinieblas Envuelven la Tierra: La Construcción de la Hidroeléctrica Yacyretá y la Relocalización de los Indígenas Mbya Guarani de Mbaepú”. In: COELHO, Silvio & NACKE, Analiese (Org.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis/ SC: Editora Letras Contemporânea.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (1991) “Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/utopia do Desenvolvimento”. In: *Revista de Antropologia: São Paulo*, No. 34.
- ROSALDO, Michelle (1995). *O Uso e o Abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural*. In: *Horizontes Antropológicos Revista Temática Semestral Ano 1 N° 1 Porto Alegre,RS-Brasil*.
- SAHLINS, Marshall David (1997). “O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I e II)”. In: *Revista Mana Vol.3 No 1*. Disponível no site [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br).
- SIMMEL, Georg (1983). “Formalismo Sociológico e a Teoria do Conflito”, “A Competição”, “Conflito e Estrutura de Grupo”, “Sociabilidade – Um Exemplo de Sociologia Pura e Formal” In: Evaristo de Moraes Filho (Org.) *Sociologia Georg Simmel*. Editora Ática: 1983.
- SOUSA JÚNIOR, Wilson Cabral de, et al (2006) “Custos e Benefícios do Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Uma Abordagem Econômico-Ambiental”. *Conservation Strategy Fund do Brasil, CSF, Brasil*.
- ZHOURI, Andréa (2003). “Hidrelétricas e Sustentabilidade”. Anais Seminário Teuto-Brasileiro de Energias Renováveis. Berlin: Fundação Heinrich [www.boell.org.de](http://www.boell.org.de)